



**GOVERNANÇA AMBIENTAL: UMA INVESTIGAÇÃO NAS EMPRESAS
BRASILEIRAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS QUE PUBLICARAM O
RELATO INTEGRADO EM 2013**

Alessandra Rodrigues Machado de Araujo¹

Elisete Dahmer Pfitscher²

RESUMO

O termo governança ambiental caracteriza a implementação de políticas ambientais e de desenvolvimento. Sendo assim, este artigo objetiva investigar a governança ambiental nas empresas brasileiras prestadoras de serviços que publicaram o Relato Integrado em 2013. Esta pesquisa possui abordagem descritiva, com abordagem do problema qualitativa. A coleta de dados utiliza-se dos procedimentos de pesquisa documental, em que o método utilizado para coleta e análise das informações relacionadas à governança ambiental é a análise de conteúdo. Para tanto, os relatórios foram analisados de acordo com os critérios elaborados e posteriormente classificados, tendo como base o Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA) – Geração II. Foram identificados 7 empresas prestadoras de serviços que fazem parte do projeto piloto do Relato Integrado, entretanto a amostra compõem-se de 5 companhias que publicaram seu relatório em 2013 nos padrões propostos pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC). A empresa que apresentou o maior índice de governança ambiental de acordo com o que foi evidenciado no Relato Integrado foi o BNDES, com 43,33%, obtendo classificação de “Regular”; seguida pela CPFL Energia e Itaú Unibanco, com 38,33% e 30%, respectivamente, sendo consideradas como “Fraca”; já a CCR e AES Brasil, foram de 18,33% e 16,67%, respectivamente, classificando-se como “Péssima”. Com base nos achados desse estudo, conclui-se que a inserção da governança ambiental nas empresas varia de setor e porte da companhia, mostrando-se ainda pouco significativa.

Palavras-chave: Governança Ambiental; Relato Integrado; SICOGEA – Geração II.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <alermdearaujo@hotmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: elisete.dahmer@ufsc.br

1 INTRODUÇÃO

A partir do século XXI tem se dado mais valor às questões ambientais por fatores relacionados aos desastres naturais, assim como ações de grupos ambientalistas e sociais que vem pressionando empresas a atender requisitos ambientais, requerendo assim, uma atenção maior nessas novas políticas.

Entretanto, é questionável até que ponto, investir em políticas sustentáveis e relacionadas à preservação ambiental, poderão trazer retornos econômicos maiores do que os valores despendidos para a realização desses investimentos responsáveis.

Para Fonseca e Bursztyn (2009, p. 18), “governança é um termo-chave na implementação de políticas ambientais e de desenvolvimento. Uma boa governança seria capaz de aumentar a eficiência e a legitimidade na elaboração e na operação dessas políticas”, em que a utilização de uma ferramenta como a governança é essencial para executar investimentos responsáveis.

Isso denota que a Governança Ambiental, quando adequadamente conduzida, exerce um papel importante no meio empresarial, social e ambiental, bem como no meio acadêmico. Porém, ainda são poucos os estudos e, conseqüentemente, publicações envolvendo esta área. Neste contexto a presente pesquisa foca seu olhar nas empresas brasileiras que publicaram o Relato Integrado em 2013 e se orienta pela seguinte pergunta: Como está sendo tratada a governança ambiental em empresas brasileiras de prestação de serviços que publicam Relato Integrado?

Com intuito de responder a este questionamento, o objetivo geral é investigar a governança ambiental nas empresas brasileiras de prestação de serviços que publicam o Relato Integrado. Para alcançar o objetivo geral têm-se os seguintes objetivos específicos: (i) evidenciar as informações ambientais divulgadas pelas empresas brasileiras no Relato Integrado; (ii) medir a Governança Ambiental das empresas com o auxílio do SICOGEA – Geração II; e (iii) avaliar por meio do Relato Integrado a Governança Ambiental das empresas selecionadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para dar suporte teórico à pesquisa, apresentam-se neste tópico os temas Governança Ambiental, Relato Integrado e SICOGEA – Geração II.

2.1 Governança Ambiental

Governança é um tema que tem se difundido nos últimos anos, sendo utilizado hoje de forma generalizada, no campo científico. O fortalecimento que vem ocorrendo da governança transmite a possibilidade de um processo político mais eficiente, abrangente e justo. Entretanto, segundo Mertens *et al.* (2011, p. 482), “existe uma carência de estudos empíricos baseados no mapeamento dos aspectos estruturais das redes sociais e na utilização de indicadores de capital social para analisar os processos de governança ambiental”.

Pode-se caracterizar a governança ambiental como um conjunto de processos regulatórios, mecanismos e organizações, em que por meio destes, os atores políticos influenciam as ações e resultados ambientais envolvendo múltiplos seguimentos da sociedade, como as instituições governamentais, comunidades, empresas e a sociedade civil organizada (AGRAWAL; LEMOS, 2006).

Castro, Hogenboom e Baud (2011, p. 7), corroboram que:

a governança ambiental pode ser abordada como um processo dinâmico com base nas interações entre os diferentes “grupos de interesse”, consistindo de quatro fases principais: 1) formação do discurso e do conhecimento, 2) formulação, 3) implementação e 4) monitoramento/avaliação. Mais que um ciclo de políticas públicas, estas quatro fases englobam os processos e mecanismos formais e informais que se sobrepõem e constantemente se alteram de acordo com um contexto histórico, social e ambiental específico, e a partir de como a configuração social se molda entre os diferentes atores envolvidos no processo.

Fonseca e Bursztyn (2009) afirmam que o termo governança refere-se à implementação de políticas ambientais e de desenvolvimento, em que uma boa governança é capaz de aumentar a eficiência e a legitimidade na elaboração e na operação dessas políticas.

Para Jacobi e Sinisgalli (2012, p. 1471), “a governança ambiental envolve todos e cada um nas decisões sobre o meio ambiente, por meio das organizações civis e governamentais, a fim de obter ampla e irrestrita adesão ao projeto de

manter a integridade do planeta”. Para esses autores, o maior desafio é o fortalecimento de políticas públicas ambientais com o objetivo de reduzir os impactos ambientais provocados por ações predatórias, visto que atualmente as decisões de caráter planetário possui foco nos interesses de uma minoria.

Em linhas gerais, o direcionamento dado pelos autores sobre conceito de governança ambiental pode ser entendido como uma ferramenta que possibilita a implementação de políticas ambientais e de desenvolvimento. Sendo este tema de interesse de todos, em que a sociedade, governo, empresas, possuem essa responsabilidade sobre o meio ambiente.

2.2 Relato Integrado

O *International Integrated Reporting Council* (Conselho Internacional para Relato Integrado, ou IIRC na sigla em inglês) foi formalmente apresentado em agosto de 2010, com o intuito de desenvolver uma nova forma de pensar a evidenciação corporativa. O IIRC é uma aliança global de reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e ONGs. Esta cooperação compartilha a visão de que comunicar a geração de valor pode ser o próximo passo evolutivo para relatos corporativos (CHENG *et al.*, 2014; IIRC, 2013; OWEN, 2013).

Para Perez Junior, Olivieri Neto e Silva (2014), o Relato Integrado tem como foco principal atender aos provedores de capital financeiro, visto que esse relatório integra informações financeiras e não financeiras, visando sempre a transparência das informações sobre as aplicações de recursos.

O Relato Integrado visa também melhorar a qualidade da informação, permitindo uma alocação de capital mais eficiente e produtiva. Assim como, melhorar a responsabilidade e a gestão da base abrangente de capitais e fomentar o entendimento de suas interdependências. Por último, visa apoiar a integração do pensamento, da tomada de decisão e das ações que focam na geração de valor no curto, médio e longo prazos (IIRC, 2013).

Segundo Carvalho e Kassai (2013, p. 190), “[...] essa nova realidade de comunicação e de gestão corporativa provocará mudanças de comportamento e de atitudes com resultados à altura dos desafios previstos para este século”. Para

esses autores a evolução dos relatórios corporativos é um caminho sem volta, sendo este um desafio para mundo profissional e para a academia.

2.3 SICOGEA – Geração II

O Sistema Contábil Gerencial Ambiental, sofreu modificações, dando origem com isto à segunda geração do sistema, denominado SICOGEA – Geração 2, que de acordo com Nunes (2010, p. 156), “é uma ferramenta de gestão ambiental, que une contabilidade por meio de controles, trabalhando com fatores ambientais, econômicos e sociais, gerando informações aos gestores, buscando melhorar a atuação das atividades das entidades sob o meio ambiente”. As alterações foram elaboradas por Nunes et al. (2009), com propostas de alterações a todas as etapas do método.

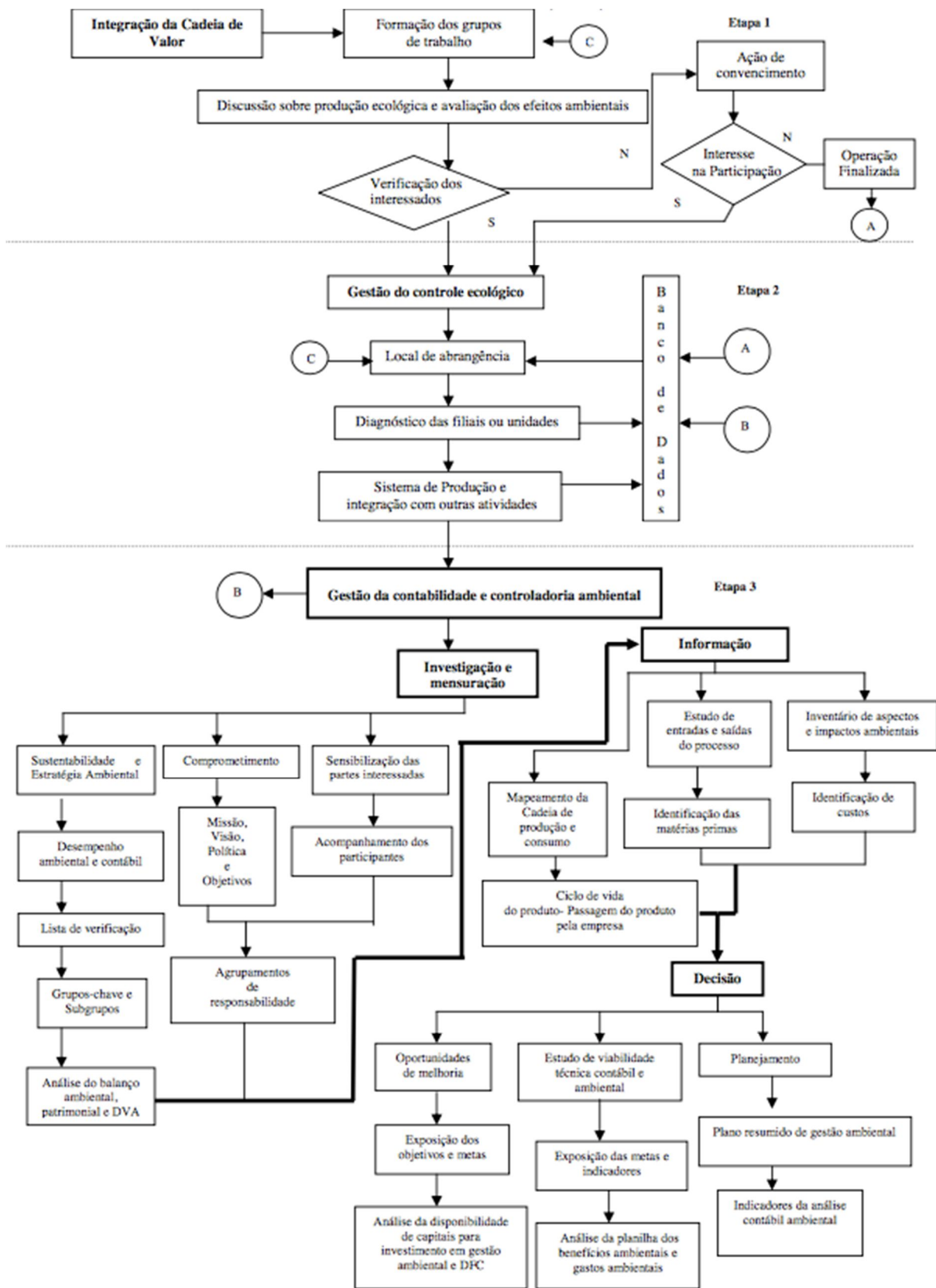


Figura 1: Estrutura do SICOGEA – Geração 2

Fonte: Nunes (2010, p.143)

Entre as alterações ocorridas, pode-se citar: estrutura da lista de verificação; cálculo dos indicadores ambientais; sugestões a respeito de obter de forma objetiva as prioridades de melhoria; identificação dos passos a serem seguidos; inclusão da análise da DVA, além do Balanço Patrimonial e Balanço Ambiental e a utilização da DFC.

Mesmo havendo alterações metodológicas, manteve-se a plataforma da norma ISO 14001. As mudanças ocorridas tem como objetivo facilitar as comparações entre as empresas por atividade praticada por meio de uma base de dados.

Para chegar-se ao grau de sustentabilidade de uma empresa, deve-se então aplicar uma lista de verificação, em que cabe ao respondente atribuir uma pontuação parcial, de 0 (zero) até 5 (cinco), ou ainda se necessário, NA (não se aplica), para cada item da lista (NUNES, 2010). A Figura 2 mostra um modelo dessa lista de verificação.

MODELO DE PLANILHA DE CÁLCULO LISTA DE VERIFICAÇÃO SICOGEA										
PERGUNTA		0%	20%	40%	60%	80%	100%	Pontos Possíveis	Escore	Pontos
		0	1	2	3	4	5			
PRODUÇÃO	1					x		1	80%	0.8
	2				X			1	60%	0.6
	3			x				1	40%	0.4
	4		x					1	20%	0.2
	5					x		1	80%	0.8
	6			x				1	40%	0.4
	7				X			1	60%	0.6
	8						x	2	100%	2
	9						x	2	80%	1.6
	10						x	2	100%	2
	11	X						1	0%	0
	12						x	5	100%	5
Total								19		14.4

Figura 2: Modelo de planilha de ponderação

Fonte: Nunes et. al. (2009)

Atribuindo-se a pontuação da seguinte forma: 0 (zero) para aquela empresa que não demonstra nenhum investimento/controlado sobre o tema avaliado; 1 (um) para aquela que demonstra algum investimento/controlado sobre o tema; 2 (dois) para aquela que demonstra investimento/controlado um pouco maior que o item anterior, sobre o tema avaliado; 3 (três) para aquela empresa que demonstra investimento/controlado um pouco maior que o item anterior, sobre o tema avaliado; 4 (quatro) para aquela que demonstra investimento/controlado quase

que total e; 5 (cinco) para aquela empresa que demonstra investimento/controlado total, sobre o tema avaliado. (NUNES, 2010).

Os pontos possíveis em cada pergunta são atribuídos pelo analista, de forma que tenha uma maior pontuação às questões com relevância na lista de verificação. Com a soma total dos pontos obtidos, possibilita-se comparar o total de pontos possíveis, resultando o grau de sustentabilidade.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia refere-se a um conjunto de etapas que são dispostas ordenadamente a serem executadas na investigação de um fenômeno. Tem-se a seguir o enquadramento metodológico da pesquisa e os procedimentos para análise das empresas selecionadas.

3.1 Enquadramento Metodológico da Pesquisa

Este item trata da metodologia quanto aos objetivos, abordagem do problema, procedimentos técnicos e de análise de dados.

Quanto aos objetivos a metodologia trata-se de descritiva (Andrade, 2007) e exploratória (Gil, 1999; Beuren, 2006), pois descreve e analisa as informações ambientais das empresas prestadoras de serviços brasileiras que publicaram o Relato Integrado em 2013. Esta pesquisa possui abordagem descritiva, pois “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.” (ANDRADE, 2007, p. 114).

No que se refere a abordagem do problema, trata-se de qualitativa.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999, p.80).

A coleta de dados utiliza-se dos procedimentos de pesquisa documental, sendo assim destaca documentos ainda não submetidos a tratamento analítico

(GIL, 1991). A pesquisa documental, segundo Silva e Grigolo (2002), visa selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, para então obter dela algum sentido e valor.

O método utilizado para coleta e análise das informações relacionadas à Governança Ambiental é a análise de conteúdo. Conforme Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A finalidade da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores.

Diante do exposto, percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Diante dessa diversificação e também aproximação terminológica, optou-se por elencar as etapas da técnica segundo Bardin (2006), o qual as organiza em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. De acordo com Yusoff, Lehman e Nasir (2006), a análise de conteúdo é a técnica predominantemente utilizada pelos pesquisadores de contabilidade para investigar divulgações ambientais.

3.2 Procedimentos para Análise das Empresas

Este estudo delimita-se as empresas brasileiras prestadoras de serviços que publicaram o Relato Integrado em 2013. Foram selecionados para compor a amostra da análise desse estudo as empresas prestadoras de serviços participantes do projeto piloto do Relato Integrado que constam no site do IIRC.

Quadro 1: Empresas brasileiras prestadoras de serviços participantes do projeto piloto do Relato Integrado

Razão Social	Setor
AES Brasil	Energia
BNDES	Bancos
CCR S.A.	Concessões rodoviárias
CPFL Energia	Energia
Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre	Seguradora
Itaú Unibanco	Bancos
Via Gutenberg	Consultoria

Fonte: IIRC (2014)

Após a identificação das empresas, buscou-se em seus sítios eletrônicos o Relato Integrado de cada empresa, referente ao exercício de 2013. Há duas empresas que fazem parte do projeto piloto do IIRC, mas não fazem parte da amostra. Não foi encontrada a publicação do Relato Integrado no sítio da Via Gutenberg. Já o relatório do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre está em fase de adaptação e por isso não segue ainda o modelo proposto pelo IIRC.

Com o propósito de investigar a governança ambiental nas empresas brasileiras prestadoras de serviços que publicam o relato integrado, tem-se no Quadro 2 itens para verificar a evidenciação de políticas ambientais.

Quadro 2: Critérios de verificação da governança ambiental

Critérios de governança ambiental	
1	Certificação ambiental
2	<i>Compliance</i> com leis e normas ambientais
3	Estratégias para conservação da diversidade biológica
4	Participações em índices ambientais
5	Premiações referentes à sustentabilidade
6	Preservação do ambiente natural
7	Projetos ligados a políticas ambientais
8	Uso sustentável de recursos ambientais
9	Valor destinado a políticas ambientais

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base no Quadro 2, torna-se possível a análise das políticas ambientais evidenciadas pelas cinco empresas que fazem parte da amostra. Possibilitando uma investigação pautada nesses itens no Relato Integrado publicado por cada empresa em 2013.

Após essa etapa, será calculado um índice de governança ambiental, com base no número de itens evidenciados pelas empresas divididos pelo total de itens da lista de verificação da governança ambiental, considerando o peso de cada critério. Para o cálculo desse índice será utilizado uma adaptação do Sistema Contábil Gerencial Ambiental, SICOGEA - Geração II. O estudo de Pfitscher (2004) apresenta um modelo de SGA, o SICOGEA, o qual visa oferecer informações sobre a sustentabilidade ambiental, auxiliando os gestores na análise das ações empresariais sobre o meio ambiente. O SICOGEA recebeu novo aporte proposto por Nunes (2010); o SICOGEA – Geração II onde a proposta alterou a estrutura do método, com novos indicadores, nova estrutura da lista de verificação e novo formato para as respostas (peso de zero a 5 cinco) com atribuição de pontos diferentes a critério do analista.

A Tabela 1 aponta a interpretação a ser obtida a partir da análise dos resultados alcançados, conforme cada percentual obtido a partir do SICOGEA – Geração II.

Tabela 1 – Avaliação da governança ambiental adaptado do SICOGEA

Resultado	Governança Ambiental
Inferior a 20%	Péssima – ‘P’
Entre 21 e 40%	Fraca – ‘F’
Entre 41 e 60%	Regular – ‘R’
Entre 61 e 80%	Boa – ‘B’
Superior a 80%	Ótima – ‘O’

Fonte: adaptado de Lerípio (2001), Pfitscher (2004) e Nunes (2010) *apud* UHLMANN (2011)

A partir da Tabela 1 será aplicado a avaliação da governança ambiental adaptado do SICOGEA nas empresas que compõem a amostra de acordo com o índice de governança alcançado por cada uma.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção é abordada a evidenciação da governança ambiental nas empresas que resulta em seu índice do governança ambiental. Para análise das empresas AES Brasil, BNDES, CCR, CPFL e Itaú Unibanco, foram elaborados nove critérios visando identificá-las. O SICOGEA – Geração II foi adaptado para

auxiliar na obtenção do índice de governança ambiental a partir do Relato Integrado dessas empresas referente ao ano de 2013.

Quadro 3: Evidenciação da governança ambiental da AES Brasil

Critérios de governança ambiental	Pontos Possíveis	De 0 a 5 a empresa é:						Score	Pontos Alcançados	
		0	1	2	3	4	5			
1	Certificação ambiental	1	x						0%	0
2	Compliance com leis e normas ambientais	1	x						0%	0
3	Estratégias para conservação da diversidade biológica	1		x					40%	0,2
4	Participações em índices ambientais	1	x						0%	0
5	Premiações referentes à sustentabilidade	2			x				60%	0,8
6	Preservação do ambiente natural	1	x						0%	0
7	Projetos ligados a políticas ambientais	2			x				60%	0,8
8	Uso sustentável de recursos ambientais	1		x					40%	0,2
9	Valor destinado a políticas ambientais	2	x						0%	0
		12								2,0

Fonte: Adaptado de Nunes *et al* (2009)

Como mostra o Quadro 3 a AES Brasil, de acordo com o que publica em seu Relato Integrado de 2013, possui um índice de governança ambiental de 16,67%, sendo classificada segundo a tabela adaptada de Lerípio (2001), Pfitscher (2004) e Nunes (2010) *apud* UHLMANN (2011) como “Péssima”. Isso ocorreu pois em seu relato consta por exemplo, que a empresa foi eleita uma das 20 empresas-modelo em Sustentabilidade do País, pelo Guia Exame de Sustentabilidade (2009, 2012). Também desenvolveu um projeto em São Paulo para a troca de materiais recicláveis por desconto na conta de energia elétrica. Entretanto a empresa não apresenta os valores relativos a esses projetos. Consta no Relato Integrado da empresa que ela conta com o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para prevenção, correção, mitigação e controle de impactos ambientais.

Quadro 4: Evidenciação da governança ambiental do BNDES

Critérios de governança ambiental	Pontos Possíveis	De 0 a 5 a empresa é:						Score	Pontos Alcançados		
		0	1	2	3	4	5				
1	Certificação ambiental	1				x			60%	0,6	
2	Compliance com leis e normas ambientais	1			x				40%	0,4	
3	Estratégias para conservação da diversidade biológica	1				x			60%	0,6	
4	Participações em índices ambientais	1	x						0%	0	
5	Premiações referentes à sustentabilidade	2	x						0%	0	
6	Preservação do ambiente natural	1					x		80%	0,8	
7	Projetos ligados a políticas ambientais	2				x			60%	1,2	
8	Uso sustentável de recursos ambientais	1	x						0%	0	
9	Valor destinado a políticas ambientais	2					x		80%	1,6	
		12									5,2

Fonte: Adaptado de Nunes *et al* (2009)

O BNDES apresenta um índice de acordo com os critérios definidos de 43,33%, sendo avaliada como “Regular”. A companhia evidenciou um indicador de desembolso para a economia verde e mudanças climáticas que registrou R\$ 24,4 bilhões em 2013, um crescimento de 17% para 2012, como mostra o Quadro 5.

Quadro 5: Desembolsos para economia verde e mudanças climáticas do BNDES em bilhões

	2009	2010	2011	2012	2013
Adaptação a mudanças climáticas e gestão de riscos de desastres	-	0,1	0,6	0,6	0,4
Energias renováveis e eficiência energética	5,7	6,0	7,1	6,1	7,1
Florestas	0,3	0,6	0,6	0,7	1,1
Gestão da água e esgoto	1,6	1,9	1,5	1,5	1,3
Gestão de resíduos sólidos	0,2	0,5	0,5	0,4	0,5
Hidrelétricas (acima de 30 MW)	8,4	6,2	5,2	7,1	8,6

Melhorias agrícolas	0,4	0,5	0,3	0,3	0,1
Outros	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Transporte de carga	2,0	1,4	1,6	2,6	2,4
Transporte público de passageiros	1,4	0,7	0,9	1,5	2,8
Total	19,9	18	18,5	20,8	24,4

Fonte: Relato Anual BNDES (2013)

De acordo com o Relatório Anual do BNDES (2014, p. 40) a gestão do patrimônio imobilizado do BNDES “obedece às boas práticas de responsabilidade ambiental, com ações desenvolvidas nos segmentos de eficiência energética, consumo de água, gerenciamento de resíduos, entre outras atividades relacionadas aos aspectos de ecoeficiência”, sendo o seu edifício-sede no Rio de Janeiro (Cedserj) referência. Todos os resíduos produzidos no edifício são destinados para cooperativas de catadores, cumprindo integralmente o estabelecido no Decreto 5.940/06.

Quadro 6: Evidenciação da governança ambiental da CCR S.A.

Critérios de governança ambiental	Pontos Possíveis	De 0 a 5 a empresa é:						Score	Pontos Alcançados	
		0	1	2	3	4	5			
1	Certificação ambiental	1	x						0%	0
2	Compliance com leis e normas ambientais	1	x						0%	0
3	Estratégias para conservação da diversidade biológica	1		x					20%	0,2
4	Participações em índices ambientais	1	x						0%	0
5	Premiações referentes à sustentabilidade	2			x				40%	0,8
6	Preservação do ambiente natural	1			x				40%	0,4
7	Projetos ligados a políticas ambientais	2			x				40%	0,8
8	Uso sustentável de recursos ambientais	1	x						0%	0
9	Valor destinado a políticas ambientais	2	x						0%	0
		12								2,2

Fonte: Adaptado de Nunes *et al* (2009)

O índice encontrado para a CCR foi de 18,33%, sendo assim a empresa está como “Péssima” segundo o critério proposto pelos autores já mencionados. Os principais insumos operacionais da CCR são materiais utilizados em construção e manutenção de infraestruturas, além de água e energia. A principal forma de gerar valor no capital natural, de acordo com a CCR, é ser eficiente no uso desses recursos, por meio da gestão sobre consumo e da adoção de tecnologias, como a iluminação a LED e a captação de águas pluviais. Há por parte da empresa o controle das emissões de gases de efeito estufa e o controle da geração de resíduos. Em 2013, a CCR obteve redução de consumo de água ou energia em sete de suas concessões de rodovias.

A CCR incorporou a sustentabilidade em sua governança corporativa, com o objetivo de disseminar na CCR a visão de longo prazo sobre as oportunidades e riscos sociais e ambientais. Para identificar e gerenciar os riscos ambientais e sociais com mais assertividade, a CCR implantou o Programa Corporativo de Sustentabilidade

Quadro 7: Evidenciação da governança ambiental da CPFL Energia

Critérios de governança ambiental	Pontos Possíveis	De 0 a 5 a empresa é:					Score	Pontos Alcançados	
		0	1	2	3	4			5
1	Certificação ambiental	1				x		60%	0,6
2	Compliance com leis e normas ambientais	1			x			40%	0,4
3	Estratégias para conservação da diversidade biológica	1			x			40%	0,4
4	Participações em índices ambientais	1	x					0%	0
5	Premiações referentes à sustentabilidade	2			x			40%	0,8
6	Preservação do ambiente natural	1	x					0%	0
7	Projetos ligados a políticas ambientais	2					x	80%	1,6
8	Uso sustentável de recursos ambientais	1	x					0%	0
9	Valor destinado a políticas ambientais	2			x			40%	0,8
		12							4,6

Fonte: Adaptado de Nunes *et al* (2009).

De acordo com a Guia Exame, a CCR foi considerada a empresa mais sustentável do setor de infraestrutura, com destaque para o projeto Estrada Sustentável em 2013. Entretanto no relatório não há divulgação sobre esse projeto.

A CPFL Energia possui um índice de governança ambiental de 38,33%, sendo classificada como “Fraca”. Em 2013 ela evidenciou um investimento em meio ambiente de R\$ 93 milhões, entretanto não é evidenciado onde este valor foi destinado ao meio ambiente.

Em 2011, a CPFL aderiu ao GHG Protocol, programa coordenado pela GVCES e WRI que visa a quantificação e o gerenciamento de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Hoje, esta é a metodologia mais utilizada mundialmente pelo setor privado e governos para a realização de inventários de GEE.

A CPFL Energia também realiza o “Prêmio CPFL Mais Valor”, com o objetivo de incentivar os fornecedores na busca da excelência em requisitos como qualidade, prazo, segurança, meio ambiente e responsabilidade social. Desde 2012, o Prêmio possui a Categoria Sustentabilidade, que reconhece as empresas da cadeia de valor com as melhores práticas de sustentabilidade, avaliadas com base nos indicadores do Instituto Ethos.

A companhia desenvolveu em 2013 o projeto “A Energia na Cidade do Futuro”, que visa promover uma interface com toda sociedade e agentes do setor para estabelecer diretrizes e parâmetros a serem adotados pelos municípios, além propor políticas públicas e estratégias empresariais condizentes com a promoção de tecnologias inovadoras e sustentáveis e os anseios dos consumidores.

Teve início também em 2013 o projeto “Sustentabilidade como Alavanca de Valor” que levou ao desenvolvimento de uma Plataforma Integrada de Gestão de Sustentabilidade, alinhada ao Plano Estratégico e com foco na criação e proteção de valor da empresa.

As empresas de distribuição controladas pela CPFL Energia reduziram em torno de 25% a utilização de materiais em 2013, pois foi feita a recuperação desses materiais (postes de concreto, cabos, medidores), diminuindo a geração

de resíduos. Os materiais que não podem ser reaproveitados são encaminhados para uma empresa especializada, seguindo a Lei no 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O projeto “Transformador Verde”, possibilitou a criação de equipamentos mais sustentáveis no segmento de distribuição de energia, é uma inovação da CPFL Energia. Em 2012, o Transformador Verde recebeu o prêmio Finep de inovação, na categoria inovação sustentável. A gestão dos impactos ambientais da CPFL Energia é realizada por meio do Sistema de Gestão Ambiental, certificado conforme a norma ISO 14001. Esse sistema reúne procedimentos que permitem a identificação e o desenvolvimento de planos de ação para mitigar os efeitos decorrentes das atividades da companhia.

Quadro 9: Evidenciação da governança ambiental do Itaú Unibanco

Critérios de governança ambiental	Pontos Possíveis	De 0 a 5 a empresa é:						Score	Pontos Alcançados	
		0	1	2	3	4	5			
1	Certificação ambiental	1	x						0%	0
2	Compliance com leis e normas ambientais	1	x						0%	0
3	Estratégias para conservação da diversidade biológica	1		x					20%	0,2
4	Participações em índices ambientais	1	x						0%	0
5	Premiações referentes à sustentabilidade	2					x		80%	1,6
6	Preservação do ambiente natural	1		x					20%	0,2
7	Projetos ligados a políticas ambientais	2				x			60%	1,2
8	Uso sustentável de recursos ambientais	1			x				40%	0,4
9	Valor destinado a políticas ambientais	2	x						0%	0
		12								3,6

Fonte: Adaptado de Nunes *et al* (2009)

O Itaú Unibanco possui um índice de governança ambiental dividindo-se o total de pontos alcançados pelo total de pontos possíveis de 30%, sendo então considerada como “Fraca”.

Foi avaliada pela Guia Exame de Sustentabilidade como a primeira instituição financeira a ser reconhecida como a empresa mais sustentável do ano. Entretanto não apresentou certificação ambiental.

A companhia foi a primeira gestora de investimentos do Brasil a aderir aos Princípios para Investimento Responsável (PRI). Lançado em 2006, o PRI é uma iniciativa de investidores institucionais em conjunto com a Organização das Nações Unidas (ONU) para nortear o mercado financeiro e de capitais na integração de questões ambientais, sociais e de governança aos processos de investimento.

Assim como por meio da “Itaú Seguros” a empresa aderiu aos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI). Lançado em junho de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20 – iniciativa da ONU que promove a integração das questões ambientais, sociais e de governança nas atividades do setor de seguros.

O Itaú Unibanco evidenciou em seu relato integrado de 2013 programas e iniciativas para redução do impacto ambiental de suas atividades, com medidas para incrementar sua eficiência nos processos internos e diminuir o consumo de recursos naturais, como: contador de sustentabilidade; campanha sem papel nas empresas; projeto eliminação de relatórios impressos; racionalização do uso de meios de transporte; utilização das salas de telepresença; projeto de eficiência operacional e técnica; investimento em proteção ambiental.

5 CONCLUSÃO

Os Relatos Integrados das cinco empresas analisadas referentes ao ano de 2013 foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho, cujo objetivo geral foi investigar a governança ambiental nas empresas brasileiras de prestação de serviços que publicam o Relato Integrado. Para alcançar o objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: (i) evidenciar as informações ambientais divulgadas pelas empresas brasileiras no Relato Integrado; (ii) medir a Governança Ambiental das empresas com o auxílio do SICOGEA – Geração II; e

(iii) avaliar por meio do Relato Integrado a Governança Ambiental das empresas selecionadas.

Por meio do Relato Integrado das empresas foi possível ter acesso às informações ambientais divulgadas pelas empresas, para que assim pudesse ser aplicado o SICOGEA – Geração II. Por meio da adaptação da primeira fase da terceira etapa desse sistema foi possível encontrar o índice de Governança Ambiental das empresas, sendo que esses índices foram desenvolvidos através do modelo de Relato Integrado proposto pelo IIRC.

A empresa que apresentou o maior índice de governança ambiental no presente estudo foi o BNDES, com 43,33%, obtendo assim, segundo Lerípio (2001), Pfitscher (2004) e Nunes (2010) *apud* UHLMANN (2011), a classificação de “Regular”. Seguida pela CPFL Energia que possui um índice de governança ambiental de 38,33%, sendo considerada “Fraca”. Após tem-se o Itaú Unibanco com um índice de 30%, apresentando-se como “Fraca”. Já a CCR foi de 18,33%, sendo assim a empresa está como “Péssima”. Por último, a AES Brasil obteve um índice de governança ambiental de 16,67%, sendo classificada como “Péssima”.

Com base nos achados desse estudo, conclui-se que mesmo as empresas analisadas sejam prestadoras de serviços, a inserção da Governança Ambiental varia de setor e porte da companhia, mostrando-se ainda pouco significativa em sua maioria. Visto que nenhuma das cinco empresas brasileiras analisadas apresentaram índice de governança ambiental acima de 61% para que pudessem ser classificadas como “Boa” ou “Ótima”. Cabe destacar que esse estudo limitou-se ao julgamento dos autores nas análises dos relatórios. Contudo, este estudo serve como indicativo da inserção da Governança Ambiental no Relato Integrado das empresas pesquisadas.

ENVIRONMENTAL GOVERNANCE: AN INVESTIGATION IN BRAZILIAN COMPANIES PROVIDING SERVICES THAT PUBLISHED THE REPORT INTEGRATED IN 2013

ABSTRACT

The term environmental governance characterizes the implementation of environmental and development policies. Therefore, this article investigates

environmental governance in Brazilian companies providing services which published the Integrated Reporting in 2013. For this, the reports were analyzed according to the established criteria and then classified, based on the Accounting Environmental Management System (SICOGEA) - Generation II. We identified 7 service providers that are part of the pilot project of Integrated Reporting, however the sample made up of five companies that published their report in 2013 on the standards proposed by the International Integrated Reporting Council (IIRC). The company that showed the highest environmental governance index in accordance with what was shown in the Integrated Report was the BNDES, with 43.33%, obtaining classification "Regular"; followed by CPFL Energia and Itaú Unibanco, with 38.33% and 30%, respectively, being considered as "Weak"; already CCR and AES Brazil, were 18.33% and 16.67%, respectively, classified as "Rubbish". Based on the findings of this study, it is concluded that the inclusion of environmental governance in companies varies from industry and size of company, being still insignificant.

Keywords: Environmental Governance; Integrated Reporting; SICOGEA - Generation II.

REFERÊNCIAS

AGRAWAL, Arun; LEMOS, Maria Carmen. Environmental Governance. In: Annual Review of Environmental Resources, 31: 297-325, 2006.

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução a metodologia do trabalho científico. 8. ed. Atlas: São Paulo, 2007.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2006.

BRAGA, Célia. (org.). Contabilidade Ambiental – Ferramentas para a Gestão da Sustentabilidade. Atlas: São Paulo, 2007.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança Ambiental no Brasil: ecos do passado. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 125-146, junho/2013.

CASTRO, Fabio de; HOGENBOOM, Barbara; BAUD, Michiel. Governança ambiental na América Latina: para uma agenda de pesquisa mais integrada. *Ambiente & Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 1-13, 2011.

CHENG, Mandy et al. *The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. Journal of International Financial Management & Accounting*, v. 25, n. 1, p. 90–119, 2014.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FONSECA, Igor Ferraz; BURSZTYN, Marcel. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr. 2009.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013. Disponível em: www.theiirc.org. Acesso em 19 de novembro de 2014.

JACOBI; Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio Almeida. Governança ambiental e economia verde. *Ciênc. saúde coletiva*, vol.17 no.6, Rio de Janeiro, Junho, 2012.

LERÍPIO, Alexandre de Ávila. GAIA: um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MERTENS, Frédéric et al. Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. *Revista Acta Amazonica*, v. 41, n. 4, p. 481 – 492. 2011.

NUNES, João Paulo de Oliveira et al.. Contribuições de Melhoria para o Sistema Contábil Gerencial Ambiental – SICOGEA. In: XI Congreso Internacional de Costos y Gestión y XXXII Congreso Argentino de Profesores Universitarios de Costos. Trelew, Chubut e Patagônia, Argentina. 2009.

NUNES, João Paulo de Oliveira. *Um aporte ao sistema contábil gerencial ambiental: elaboração e aplicação parcial do novo sistema em clínica hospitalar*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, do

Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2010.

OWEN, Gareth. *Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum*. *Accounting Education*, v. 22, n. 4, p. 340–356, 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09639284.2013.817798>>. Acesso em 2 de novembro de 2014.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVIERI NETO, Rafael; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. Relatório integrado: integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos. São Paulo: Atlas, 2014.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. Florianópolis, 2004, 252 p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social. Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

UHLMANN, Vivian Osmari. Contribuições ao desenvolvimento do sistema contábil gerencial ambiental – geração 2: proposição da geração 3 do método. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

YUSOFF, Haslinda; LEHMAN, Glen; NASIR, Noraini. *Environmental engagements through the lens of disclosure practices: a Malaysian story*. *Asian Review of Accounting*, v. 14, n. 1/2, p. 122-148, 2006.